

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 11. ^a EDIÇÃO	11
APRESENTAÇÃO	13
1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	21
1.1. Introdução	21
1.2. O seguro de responsabilidade civil do médico	24
1.3. Direitos e deveres do paciente.....	28
1.4. Novas situações ligadas à atividade médica	31
1.5. Panorama atual da responsabilidade médica.....	34
1.6. Responsabilidade civil e consentimento informado.....	37
2. VISÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA	49
2.1. Primórdios	49
2.2. Roma	50
2.3. Egito.....	52
2.4. Grécia.....	53
2.5. França	54
3. DIREITO COMPARADO.....	58
3.1. Direito francês.....	58
3.2. Direito alemão.....	59
3.3. Direito português.....	59
3.4. Direitos inglês e anglo-americano.....	60
3.5. Direito soviético	61
3.6. Direito suíço.....	61
3.7. Direito italiano	62
3.8. Direito argentino	62
3.9. Direito espanhol.....	63
4. TEORIAS OBJETIVISTAS E DIREITO POSITIVO BRASILEIRO	64
4.1. Responsabilidade objetiva e subjetiva.....	64
4.2. Teorias objetivistas	67
4.2.1. <i>Perte d'une chance</i>	68
4.2.2. <i>Res ipsa loquitur</i>	73
4.3. Direito brasileiro	75
4.4. Natureza contratual da responsabilidade médica.....	77
4.5. Os arts. 944 e 945 do Código Civil	79

5.	CULPA MÉDICA.....	85
5.1.	A culpa na responsabilidade civil do médico	87
5.2.	A análise do erro médico.....	94
5.3.	O erro de diagnóstico	97
5.4.	A culpa <i>stricto sensu</i>	101
5.4.1.	Negligência	101
5.4.2.	Imprudência.....	108
5.4.3.	Imperícia.....	110
5.5.	Culpa civil e culpa penal.....	116
5.6.	Culpa civil e culpa penal na responsabilidade médica	117
5.7.	Cláusula de não indenizar e contrato médico	122
5.8.	Anestesiologia e dolo eventual.....	124
5.9.	Cirurgia plástica e dolo eventual.....	128
5.10.	Breves notas sobre as peculiaridades da culpa médica em tempos de pandemia da Covid-19	130
5.11.	Culpa médica na prescrição de medicamentos <i>off-label</i> em tempos de pandemia	134
6.	DANO MÉDICO	143
6.1.	Dano estético	146
6.2.	Dano moral	147
7.	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE	149
8.	LIQUIDAÇÃO DO DANO MÉDICO	156
8.1.	Conceito de liquidação	156
8.2.	Morte	157
8.2.1.	Funeral.....	157
8.2.2.	Luto.....	157
8.3.	Lesões e suas consequências	158
8.4.	Compensação do dano moral.....	160
8.4.1.	Liquidação do dano moral	163
8.4.2.	A quantificação do dano moral	167
8.4.3.	Os danos “punitivos”	170
8.4.4.	Conclusões.....	178
8.4.5.	Casuística.....	180
8.5.	A pensão alimentícia	185
8.5.1.	Direito de acrescer	185
8.5.2.	Cessação do pensionamento	186
8.5.3.	Morte de filho menor	187
8.5.3.1.	Morte de recém-nascido	189
8.5.3.2.	Morte de filho solteiro	189
8.5.4.	Forma do pagamento da pensão	191
8.5.4.1.	Pensões vencidas e vincendas.....	191
8.5.4.2.	Verba honorária.....	192

8.5.5. Pensionamento e recursos do ofensor.....	192
8.5.6. Constituição de capital	193
8.5.7. Casos não contemplados nas subseções precedentes	195
8.6. Prescrição.....	195
8.7. Lucros cessantes.....	196
9. RESPONSABILIDADE CIVIL EM INFECÇÃO HOSPITALAR.....	197
9.1. Resenha doutrinária e casuística	201
9.2. Subsídios à aferição da responsabilidade	204
10. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ANESTESIOLOGIA.....	207
10.1. A atuação do anestesiologista.....	207
10.2. Casuística e aferição da culpa.....	212
11. RESPONSABILIDADE CIVIL EM CIRURGIA PLÁSTICA	224
11.1. Casuística	225
11.2. Doutrina nacional	229
11.3. <i>A lex artis ad hoc</i>	231
11.4. Obrigações de meios e obrigações de resultado	232
11.5. A cirurgia estética.....	234
11.6. Informações e consentimento: breves observações	236
11.7. Cirurgia estética e obrigações de meio ou de resultado.....	237
12. OMISSÃO DE SOCORRO MÉDICO	244
12.1. Transfusão de sangue e Testemunhas de Jeová.....	244
12.2. Casuística	253
13. SIGILO MÉDICO	255
13.1. Correntes doutrinárias	255
13.2. Conceito e características.....	256
13.3. Sigilo médico e Aids	264
14. RESPONSABILIDADE CIVIL NA AUSÊNCIA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	267
14.1. Evolução da doutrina do <i>informed consent</i> nos tribunais da <i>common law</i>	268
14.2. O atual estágio da relação médico-paciente e do dever de informação.....	278
14.3. O conteúdo da informação.....	283
14.4. A quantificação do dano na ausência do consentimento livre e esclarecido	286
14.5. Responsabilidade civil decorrente do inadimplemento do dever de informar à luz jurisprudência brasileira.....	289

15. RESPONSABILIDADE MÉDICA E O CÓDIGO DO CONSUMIDOR	293
16. ANOTAÇÕES PROCESSUAIS À INDENIZAÇÃO POR DANO MÉDICO ...	299
16.1. Elementos da ação e pressupostos processuais	299
16.1.1. Pedido	299
16.1.2. <i>Legitimatio ad causam</i>	301
16.1.2.1. Legitimação ativa	302
16.1.2.2. Legitimação passiva: planos de saúde	303
16.1.2.2.1. Planos de saúde.....	307
16.1.2.2.2. Equipe médica	308
16.2. A proteção de urgência	311
16.2.1. A proibição de dispor	314
16.2.2. A tutela provisória de urgência antecipada (art. 303 do CPC/15)	315
16.2.3. A estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente	322
16.3. Produção antecipada de prova.....	328
16.4. Acordo em nome de incapaz	333
16.5. Efeitos civis da sentença penal	334
16.6. Alimentos e Fazenda Pública	335
16.7. Solidariedade passiva na obrigação de indenizar	336
16.8. Valor da causa.....	337
16.9. Prazos prescricionais.....	339
17. SUGESTÕES DE LEGE FERENDA	340
18. RESPONSABILIDADE CIVIL DO DENTISTA	345
18.1. Generalidades.....	345
18.2. Aferição da culpa.....	347
18.3. Casuística	348
18.4. Implantodontia: breves observações	351
18.4.1. Itália	353
18.4.2. Espanha.....	354
18.4.3. França	354
18.4.4. Argentina	354
18.4.5. Brasil	355
19. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ESPECIALIDADES MÉDICAS: BREVES ANOTAÇÕES.....	363
19.1. Ortopedia	363
19.2. Otorrinolaringologia	366
19.3. Oftalmologia	368
19.4. Psiquiatria	379

20. TESTAMENTO VITAL	390
20.1. Introdução	390
20.2. Fundamentos do <i>testamento vital</i>	391
20.3. Conteúdo do testamento vital.....	392
20.4. Breves observações de Direito Comparado	393
20.4.1. Estados Unidos	394
20.4.2. Inglaterra.....	396
20.4.3. Espanha.....	396
20.4.4. França	397
20.4.5. Itália	397
20.4.6. Portugal.....	397
20.5. Procurador para cuidados de saúde (PCS).....	399
20.5.1. Capacidade	399
20.5.2. Poderes.....	400
20.5.3. Validade.....	400
20.5.4. Forma e publicidade	400
20.5.5. Revogabilidade.....	400
20.6. Diferenças entre o <i>testamento vital</i> e o <i>procurador para cuidados de saúde</i>	400
20.7. Ordem de não ressuscitar (<i>do not resuscitate – DNR</i>)	401
20.8. Situação atual no Brasil	402
20.9. Conclusão	404
21. CONCLUSÕES.....	405
BIBLIOGRAFIA.....	409
OBRAS DO AUTOR	424

Conteúdo exclusivo no ProView

1. Ementário cível
2. Ementário criminal
3. Ementário – CRM-PR (com remissão aos artigos do novo Código de Ética Médica – Resolução CFM 1.931, DOU 24.09.2009)
4. Acórdãos cíveis